

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Senhor Presidente,

Requeiro a vossa excelência, com fulcro no artigo 112 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, depois de vencidas as formalidades regimentais, que seja encaminhado expediente ao Ministério Público Estadual, para que o órgão, dentro de suas funções constitucionais e por intermédio de suas promotorias especializadas, instaure procedimento investigatório criminal para que sejam apuradas as denúncias de contratação de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 01 de junho de 2022.

Delegado Walther Virgolino Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A seguinte propositura tem como finalidade encaminhar ao Ministério Público Estadual para que seja instaurado, através das promotorias especializadas, um procedimento investigatório criminal para que sejam apuradas as denúncias de contratação de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.

Chegou ao gabinete do parlamentar subscritor deste expediente a informação de que o Sr. Dijanilson Meireles de Lima, preso recentemente no Estado do Rio Grande do Norte pela acusação de tráfico de drogas, possui vínculo funcional com a Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, na medida em que foi contratado pela edilidade, através de contratação de excepcional interesse público, para exercer o cargo de vigilante, com matrícula de nº 974.421, consoante demonstram os arquivos abaixo:



Detalhamento da fonte de pagamento para do servidor DIJANILSON MEIRELES DE LIMA - Matrícula: 974421

Período de referência: 04/2022

Fonte da Pagamento 1: PMJP - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Nome do cargo: VIGILANTE

Tipo de Contratação por

Vínculo: excepcional interesse

público

Descrição Contratação por **do** excepcional interesse

Vínculo: público Secretaria: SEDES

Lotação: DIR FINANCEIRA

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Gabinete do Deputado Delegado Wallber Virgolino. Praça dos Três Poderes. CEP 58.013-900. Tel. 83.3214-4508



NOME: DIJANILSON MEIRELES DE LIMA;

NATURALIDADE: João Pessoa/PB;

DATA DE NASCIMENTO: 11/11/1984;

IDADE: 37 anos;

ESTADO CIVIL: UNIÃO ESTÁVEL:

PROFISSÃO: *****

IDENTIDADE: 148581959 – SSP/PB;

CPF: 174.692.514-05;

SAGRES
Municipal
Sobre

18 Unidades Gestoras

Prefeitura Municipal de João Pessoa

***.692.514-**

Dijanilson Meireles de Lima

Contratação por except

***.692.514-**

Dijanilson Meireles de Lima

Contratação por except

Como se não bastasse, outro cidadão preso em flagrante delito por envolvimento com o tráfico de drogas, qual seja, o Sr. Márcio do Nascimento Rodrigues, também figura como contratado nos quadros da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e também para o cargo de vigilante, senão vejamos:



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL. Delegacia Geral da Policia Civil 1º Superintendência Regional de Policia Civil Delegacia Especializada de Crimes Contra o Patrimônio da Capital





Oficio Nº: 257/2022

João Pessoa, 25 de Abril de 2022.

A(o) Exmo(a) Sr(a) Juiz(a) de Direito da Vara Criminal João Pessoa/PB

Assunto: Comunicação de Prisão em Flagrante

Senhor(a) Juiz(a),

Em conformidade com o que estabelece o Art. 5º Inciso LXII da Constituição Federal cumulado com o Art.306 do Còdigo de Processo Penal, em vigor, levo ao conhecimento de V.Exa. que no dia, 25 de Abril de 2022, às 13:51, foram presos(as) e autuados(as) em flagrante, tendo como condutor(a) Vitor Prado Freire e testemunha(s) Cidicley de Oliveira Barbosa, as pessoas a seguir indicadas, devidamente qualificado(as) nos autos do procedimento № 00049.05 2022.1.00.450, em anexo, pelo cometimento do(s) seus respectivos crime(s), conforme relação abaixo:

José Alisson da Silva - Art. 33 Caput da Lei 11.343/2006 (Tráfico de Drogas), Art. 35 da Lei 11.343/2006 (Associação para o tráfico de drogas), Art. 14 da Lei 10.826/2003 (Porte ilegal de arma de foga de uso permitido), Art. 288 Parágrafo único do CPB, o(a) qual ficará recolhido(a) no(a) PRESÍDIO - JOÃO PESSOA, de onde será encaminhado(a), oportunamente, para apresentação em audiência de custódia.

Márcio do Nascimento Rodrigues - Art. 33 Caput da Lei 11.343/2006 (Tráfico de Drogas). Art. 35 da Lei 11.343/2006 (Associação para o tráfico de drogas). Art. 14 da Lei 10.826/2003 (Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), Art. 288 Parágrafo único do CPB, o(a) qual ficará recolhido(a) no(a) PRESIDIO - JOÃO PESSOA, de onde será encaminhado(a), oportunamente, para apresentação em audiência de custódia.

Atenciosamente,

João Paulo Pereira Amazonas Delegado(a) de Policia Civil

Procedimento: 00049.05.2022.1.00.450



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO



Detalhamento da fonte de pagamento para do servidor MARCIO DO NASCIMENTO RODRIGUES - Matrícula: 1116

Período de referência: 04/2022

Fonte da Pagamento 1: FMAS -FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do cargo: VIGIA

Tipo de Contratação por

Vínculo: excepcional interesse

público

Descrição Contratação por

do Vínculo: excepcional interesse

público

Secretaria: SEDES

Lotação: SECRETARIA DE

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Valor Bruto da

R\$ 2.200,00

Remuneração:

Valor Líquido da

R\$ 2.011,47

São fatos de fatos de extrema gravidade, já denunciados anteriormente por este parlamentar durante a campanha eleitoral de 2020, onde o parlamentar subscritor informou que havia fortes suspeitas de que o atual prefeito da capital estava com alianças com o crime organizado com o fito de angariar votos.



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Tais fatos, inclusive, podem ser enquadrados no artigo 36 da Lei nº 11.343/2006, senão vejamos:

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1°, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Saliente-se, ainda, que os supostos servidores sequer poderiam estar prestando os serviços, tendo em vista que um foi preso em outro estado da Federação, e os dois se dedicavam às práticas criminosas, de forma que tais contratações apenas causaram prejuízos ao erário, o que também constitui fato ilícito que merece ser apurado.

Não se pode admitir este tipo de postura de um gestor público, que faz uso da máquina pública para custear salários para pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, mormente empregando-os como vigilantes, tudo para honrar acordos escusos feitos em período de campanha eleitoral.

Diante do exposto, ante a gravidade da matéria e do interesse público envolvido, apresenta-se este instrumento legislativo.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 01 de junho de 2022.

elegado Wallher Vipgolino